

Itaipu Binacional: a reinvenção do espaço e o movimento da memória

Maria de Fátima Bento Ribeiro¹

Resumo

Falar em Patrimônio é falar de memória, pois o patrimônio é constituído de histórias e de memórias de um país, de uma cidade ou de um local e, também, de culturas que dão sentido aos lugares, às paisagens. A memória é uma força ativa que pode reatualizar os eventos do passado, na medida em que estão entrelaçados com a experiência presente. A construção da Usina Itaipu Binacional, objeto de nossa análise, enquanto um monumento polissêmico é permeado por linguagens que nos permitem muitas leituras, evocando histórias, reverberando memórias. As paisagens são dinâmicas, portadoras de sentidos, trazendo marcas da ação dos homens e da natureza e revelando uma narrativa dos espaços, dos lugares. Nessa perspectiva, objetivamos refletir sobre o monumento para além da importância que possui a geração de energia produzida, principalmente no campo das energias renováveis, enfatizando a força da história e da memória que os patrimônios carregam.

Palavras-chave: Itaipu Binacional. Patrimônio. Sentidos.

Itaipú Binacional: la reinvencción del espacio y el movimiento de la memoria

Resumen

Hablar en Patrimonio es hablar de memoria, pues el patrimonio está constituido de historias y de memorias de un país, de una ciudad o de un sitio y, también, de culturas que dan sentido a los lugares, a los paisajes. La memoria es una fuerza activa que puede reactualizar los eventos del pasado, en la medida en que están entrelazados con la experiencia presente. La construcción de la Usina Itaipú Binacional, objeto de nuestro análisis, en cuanto monumento polisémico es permeado por lenguajes que nos permiten muchas lecturas, evocando historias, reverberando memorias. Los paisajes son dinámicos, portadores de sentidos, que traen marcas de la acción de los hombres y de la naturaleza y revelando una narrativa de los espacios, de los lugares. En esa perspectiva, objetivamos reflexionar sobre el monumento para más allá de la importancia que posee la generación de energía producida, principalmente en el campo de las energías renovables, enfatizando la fuerza de la historia y de la memoria que los patrimonios cargan.

Palabras-clave: Itaipú Binacional. Patrimonio. Sentidos.

Introdução

Falar em Patrimônio é falar de memória, pois o patrimônio é constituído de histórias e de memórias de um país, de uma cidade, de um local, é falar, também, das culturas formadoras que dão sentido aos lugares, às paisagens, dentro, entre e além-fronteiras. A memória é uma força ativa, é dinâmica (cf. SAMUEL, 1997, p.44). Decca (1999) em suas reflexões ensinou que a memória, diferente da história, reatualiza os eventos do passado, na medida em que eles

¹ Professora do Curso de Relações Internacionais da UFPEL - Universidade Federal de Pelotas.

estão entrelaçados com a experiência presente. Em suas palavras, “apaziguar os eventos do passado, assim se constitui o trabalho da história, muito diferente da memória que os reatualiza, exigindo que eles entrem novamente, na experiência do vivido, se debatam e se confrontam, com novo presente” (DECCA, 1999. p. 115).

A nosso entender, o Patrimônio assim como a memória tem esse dinamismo, evidenciando disputas, conflitos e contradições do passado que se confrontam no presente. Nesse sentido, a preservação do patrimônio trabalha sempre com essa dialética, com essa dinâmica do lembrar e do esquecer. Conforme a acepção de Castriota (2009), “para criar uma memória nacional privilegiam-se certos aspectos em detrimentos de outros, iluminam-se certos momentos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade (p. 65).

A construção da Usina Itaipu Binacional, objeto de análise deste texto, enquanto um monumento polissêmico é permeado por linguagens que nos permitem muitas leituras, evocando histórias, reverberando memória; são vozes de diferentes grupos que podem ser ouvidas, vozes que representam a diversidade numa mescla de tradições culturais, indígenas e ocidentais. As paisagens são dinâmicas, portadoras de sentidos, trazendo marcas da ação dos homens e da natureza e revelando uma narrativa dos espaços, dos lugares, seja de dor ou de perda, de sucesso, de desafio, de medo, de trabalho etc. Nessa perspectiva, objetivamos refletir sobre o monumento para além da importância que possui a geração de energia produzida, principalmente no campo das energias renováveis, enfatizando a força da história e da memória que os patrimônios carregam, possibilitando aparecer aspectos nem sempre privilegiados.

Desenvolvimento: paisagem natural, paisagem artificial e a reinvenção dos espaços

A cidade de Foz do Iguaçu é conhecida internacionalmente pelo Parque Nacional do Iguaçu que, em 28 de novembro de 1986, foi inscrito na lista de Patrimônio Natural Mundial, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), onde se localiza as Cataratas do Iguaçu com seu “eterno espetáculo das águas”. No ano de 2011, porém, perto de completar cem anos da existência da cidade, não havia nenhum prédio tombado e isto foi motivo para que os políticos locais pressionassem o poder público para a preservação de prédios considerados históricos e importantes para a memória local, haja vista sua destruição pela ação do tempo. Mesmo diante esse conflito, só em 2016 foi criada a lei

municipal de proteção do patrimônio, cultural, artístico e ambiental n. 4.470/2016, instituindo o conselho Municipal de Patrimônio Cultural (CEPAC).

Foz do Iguaçu apresenta uma grande diversidade cultural e multicultural, com mais de 80 nacionalidades de imigrantes, “os maiores contingentes originários do Líbano, China, Paraguai e da Argentina” (CARDOZO; DEMCZUK, 2015, p. 412). E mais, de acordo com o estudo de Cardozo e Demczuk (2015), “nas Américas, apenas Nova Iorque e São Paulo teriam tal ou maior expressividade multiétnica” (p. 412). Outro fator que merece destaque segundo as autoras refere-se ao número de visitação da cidade, considerado o segundo espaço mais visitado, a paisagem artificial do imenso complexo arquitetônico e a hidrelétrica de Itaipu com o seu complexo turístico, em que o turista pode visitar o *Ecomuseu de Itaipu*, o refúgio biológico *Bela Vista* e a monumental iluminação noturna considerada de muita emoção.

Reconhecida como a sétima maravilha do mundo moderno na lista elaborada pela *Revista Mechanics*, dos Estados Unidos, em 1995, e em 2007, novamente é incluída em listagem das maravilhas do mundo contemporâneo elaborada pela rede de televisão *Cable News Network* (CNN). Nesta lista aparecem as grandes obras de engenharia, técnica e *design*. A barragem, por exemplo, cotidianamente recebe milhares de turistas de todas as partes do mundo que se declaram surpresos e impressionados com sua grandiosidade e capacidade humana. Ela é representada como modelo de integração regional, de construção para engenharia, de energia renovável, de gestão, de sustentabilidade, de cuidado com meio ambiente, de política externa, e como se encontra localizada na fronteira do Brasil com o Paraguai, é considerada uma paisagem artificial compartilhada entre os dois países.

Nesse sentido, a barragem é um bem cultural brasileiro e paraguaio, construída no rio Paraná em condomínio com os dois países, composta por elementos naturais, geográficos, históricos e culturais. Um espaço resultante da ação do homem com auxílio da tecnologia que apresenta todos os elementos pertinentes ao patrimônio cultural, ambiental, material e imaterial, sendo conceituado um monumento polissêmico.

Em 2016, a Itaipu Binacional atinge uma produção histórica de 103.098.366 *megawatts/hora* (MWH) e estabelece uma nova marca mundial, momento esperado e comemorado por centenas de seus funcionários. Com a produção de energia, projetos relacionados à sustentabilidade ambiental, desenvolvimento econômico e o complexo turístico,

fazem da barragem um símbolo para além da importância que possui a geração de energia produzida, principalmente no campo das energias renováveis. E tal fato remete-nos a refletir sobre a força da história e da memória que este patrimônio carrega.

Sabemos de antemão, que memória e história são diferentes apesar de inseparáveis. Visto isso, podemos retomar que o turista que visita o espaço mencionado é seduzido pela beleza do lugar, pois nele existe uma mescla de futurismo, proporcionado pelo gigantismo da obra e por aquilo que a técnica pode proporcionar, somado à forte presença da natureza, tendo um efeito avassalador: paisagem natural e paisagem artificial. Se por um lado, há este efeito impactante que proporciona com seu cenário futurista, um espetáculo de luzes e sons, podemos pensar que, por outro lado, oculta histórias e memórias, conflitantes, que não se encontram preservadas e que tendem a cair no esquecimento, frente a importância que assume a obra na contemporaneidade.

Na visão de Benjamin (1987), quando tratava de suas teses sobre o conceito de história:

(...)nunca houve um monumento de cultura que também não fosse um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1987, p. 225).

Nesse sentido, vale-nos olhar atentamente ao monumento Itaipu Binacional e aos seus aspectos culturais na tentativa de não só descrevê-los enquanto tais, mas objetivando verificar e compreender as vozes participantes e atuantes de todos esses anos. Vejamos abaixo o espaço que mencionamos.

Figura 1 – Vertedouro Iluminado



Fonte: Disponível em:

<https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=NNk1VQE8&id=707AB6642013B771E9FD84F34454C>

[AD0AFC28392&q=painel+do+barrageiro&simid=608043718450153777&selectedindex=8&mode=overlay&first=1&hid=OIP.NNk1VQE883TOZmVvQjEITgEsB9](https://portalbrasil.org.br/portal/ver-noticia.php?id=AD0AFC28392&q=painel+do+barrageiro&simid=608043718450153777&selectedindex=8&mode=overlay&first=1&hid=OIP.NNk1VQE883TOZmVvQjEITgEsB9)>. Acesso em: 20/04/2017.

O projeto de Itaipu nasceu de uma questão não resolvida, conforme relatado no site do *Portal Brasil*,

(...)a construção de Itaipu foi motivada não apenas pela questão energética, mas também pela necessidade de se resolver impasse na fronteira entre Brasil e Paraguai, cuja origem se encontra na assinatura do Tratado Permuta de 1750, entre Espanha e Portugal. Com a guerra do Paraguai esse impasse ganhou força, uma vez que o tratado de paz firmado em 1872 recebeu interpretações divergentes quanto as fronteiras nele definidas, mais especificamente na região do salto de Sete Quedas (PORTAL BRASIL, 2011).

Esse tensionamento teve que ser resolvido por meio dos órgãos responsáveis no arbitramento de questões internacionais que no caso brasileiro, compete ao Itamaraty. Na memória de Mario Gibson Barbosa, no livro *Na diplomacia o Traço todo da Vida* (1992), revelam-se as formas como foram conduzidas questões relacionadas ao litígio da fronteira do Brasil com Paraguai, em um período de ditadura.

De acordo com pesquisas por nós realizadas, foi o Itamaraty que decidiu pelo projeto em parceria com o Paraguai, e o período corresponde ao da ditadura militar não somente no Brasil, mas também no Paraguai. Para tanto, foi necessário um Tratado binacional, algo novo no campo do direito internacional, resultando no Tratado de Itaipu de n. 26.04.73, instrumento que se origina a hidrelétrica, um tratado jurídico estabelecido entre os dois países com características diversas.

O tratado, atualmente, é considerado por Sória (2012) como um

(...)alicerce jurídico para a criação de uma empresa pública binacional que se tornou um dos principais motores de desenvolvimento econômico, social e ambiental da região oeste do Paraná, e que com sua atuação interdisciplinar e abrangente “ilumina” todo nosso estado e fornece a energia que garante o crescimento econômico do Brasil e do Paraguai [grifo do autor] (SÓRIA, 2012).

Nesse caminho, a construção da hidrelétrica de Itaipu afetou diretamente os municípios da região oeste do Paraná, dentre eles: Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra, tendo em vista a necessidade da construção de um reservatório. Nesse contexto, uma área de 1.350 km² foi

submersa, sendo 780km² no lado do Brasil e, 570km², no Paraguai (cf. RIBEIRO, 2002). O processo de construção durou décadas, iniciaram-se obras em janeiro de 1975, e finalizou-se o trabalho em 1991. Dentre os acontecimentos nesse período, a data de 13 de outubro de 1982 é importante, pois marca o início do enchimento do reservatório, e como consequência, a transformação dos espaços paisagísticos.

Para a construção deste espaço foi preciso um projeto ousado pelas inovações técnicas na área da engenharia de construção de barragens e desvio do rio, considerado o sétimo em volume de água. Isto não foi tarefa simples foram 56 toneladas de explosivos utilizados no desvio do cauteloso rio. O trabalho era contínuo e ininterrupto, e os riscos de vida faziam parte da rotina. Assim, na medida em que a obra ia sendo construída e erguida no leito do rio, a memória de sua construção constituía-se em muitos dos “causos”, criados e narrados nas horas de folga. Esses causos dos barrageiros, coletados em trabalho anterior (RIBEIRO, 2002), remetem-nos a essa fase de concretagem, em que os funcionários é que teriam sido concretados em função de seu trabalho exaustivo.

Apresenta-se também, nesses causos contados, outro elemento importante sobre o concreto, neste caso, o concretado era sempre o paraguaio. Através dos causos podemos perceber outra significação do termo que vai além dos elementos que nos remetem às técnicas utilizadas no ambiente de trabalho, tratando-se de preconceitos com o outro, com os “xirus”, uma forma pejorativa em que eram chamados os trabalhadores paraguaios. Com relação a este universo de trabalho são vários os elementos que compõem esse ambiente, e alguns estão preservados nos acervos da barragem (cf. RIBEIRO, 2002).

No interior do espaço da barragem, existe um belíssimo painel do artista paranaense Napoléon Portiguara Lazzarotto (Poty) que presta uma homenagem aos anônimos barrageiros que construíram a hidrelétrica. O painel do barrageiro foi construído no mirante da barragem e tombado pela Secretaria do Estado de Cultura (SEEC) do Paraná, como Patrimônio Cultural do Paraná, inaugurado em 1998, sendo um dos últimos trabalhos do artista.

Figura 2 – Painel do Barrageiro

Fonte: Disponível em:

<https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=NNk1VQE8&id=707AB6642013B771E9FD84F34454CAD0AFC28392&q=painel+do+barrageiro&simid=608043718450153777&selectedIndex=8&mode=overlay&first=1&hid=OIP.NNk1VQE883TOZmVvQjEITgEsB9>. Acesso em: 20/04/2017.

O trabalho ilustrado acima juntamente com outros espetáculos proporcionados pelo complexo turístico de Itaipu, colocam questões importantes a serem refletidas, como por exemplo, o que é selecionado para ser parte da memória e o que é fadado ao esquecimento, ao desaparecimento. No passado, as terras da região atingidas pela hidrelétrica de Itaipu delimitavam o território dos antigos guaranis. Itaipu é uma palavra de origem guarani que significa “pedra que canta”. Porém, a história também tem seu lado triste, pois no ano de 1982, o enchimento do reservatório implicou em impactos ambientais e sociais causando prejuízos à flora, à fauna e aos indivíduos pelas inundações. Houve o impacto também no patrimônio material e imaterial. Toda uma paisagem é alterada. Toda uma paisagem é reinventada.

Para a construção do reservatório fez-se necessário, naquele momento, que os moradores abandonassem suas casas, escolas, igrejas, cemitérios etc., porque tudo seria destruído pelas águas do rio. Outro exemplo que pode ser citado trata-se dos agricultores que tiveram que se deslocar para outras regiões do país ou atravessar fronteiras nacionais, na busca de terras que eram ofertadas também, pelo vizinho Paraguai. Não esquecendo os índios avá-guaranis que, da mesma forma, tiveram as terras inundadas, alojando-se na fronteira.

Sobre a fauna, durante os dias de formação do reservatório do Lago de Itaipu, os animais subiam nas copas das árvores em busca de refúgio. Esse evento foi denominado de operação *Mymba Kuera* (em guarani, pega bichos), resultando num artesanato produzido na comunidade guarani de Ocoy, em São Miguel do Iguçu, chamado *Árvore da Vida*. Dentro de um projeto de sustentabilidade, esse artesanato remete a memória de um evento que está atrelada à

construção da obra, que reverbera a operação executada pela Itaipu para salvar a vida dos animais que habitavam aquela região.

Aqui há um elemento importante a ser destacado, segundo Macdonald e Santos (2014), “além da árvore, os mitos do Dilúvio, a busca pela Terra sem Males, dentre outros, compõe a fenomenologia guarani em torno da formação do lago” (p. 19). Sobre isso, retomamos Decca (1999) quando trata dessa memória do passado que se faz presente; na sua formulação, “a memória se desprende da história, se autonomiza, se embaralha e se confunde com aquela história vivida como uma ficção coletiva, ganhando uma dimensão mítica, onde os deuses encarnados em figuras marcantes por uma experiência singular” (p. 121). Relembramos o fato:

Figura 3 – Operação *Mymba Kuera* que resgatou 36.450 animais habitantes da área inundada pelo Lago



Fonte: Disponível em: <<http://jie.itaipu.gov.br/node/48598>>. Acesso em: 20/04/2017.

O acontecimento registrado pelas lentes dos fotógrafos da época é reproduzido no artesanato *ñandeva* (em avá-guarani significa todos nós) que instaura outra narrativa, seja de cuidado e preservação ao meio ambiente, direcionando a discursos a partir de um acontecimento trágico que encontra na subjetividade dos índios avá-guaranis elementos que se combinam, pois na fenomenologia guarani, a *Árvore da Vida* está atrelada a uma dimensão história que se dá com a formação do Lago.

A *Árvore da Vida*, conforme descrita no site do *Programa Trinacional de Artesanato Ñandeva*, “é um artesanato típico Guarani, representando a formação do Lago de Itaipu em árvore com vários animais. São esculturas confeccionadas em madeira leiteiro ou canjarana. A matéria prima utilizada em sua fabricação, foi obtida de forma ambientalmente correta, socialmente benéfica e economicamente viável”. Em suma, este tipo de artesanato é uma

alternativa sustentável para as famílias indígenas, o *ñandeva* auxilia na comercialização e nos cursos.

A iniciativa deste projeto é do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/Paraná) em conjunto com vários municípios do Brasil, Argentina e Paraguai. Dessa forma, ele é compartilhado com os três países que formam a tríplice fronteira e tem como objetivo a valorização de sua cultura regional. A escolha do nome guarani ao projeto é significativa, pois remete aos três países que fazem parte também do Mercosul; conforme escrevem MacDonald e Santos (2014), “no Brasil é de propriedade da Fundação Parque Tecnológico Internacional, na Argentina é de propriedade da FAM – Fundacion de Artesanías Misioneras e no Paraguai do PTI – Paraguay (p.215)”.

A seguir observamos um exemplo do trabalho realizado no projeto *ñandeva*:

Figura 4 – *Árvore da Vida Guarani*



Fonte: Disponível em: <<http://www.nandeva.org/pt-br/produto/arvore-da-vida-guarani-ocoy>>. Acesso em: 20/04/2017.

Nesta obra percebemos a presença de um discurso de um acontecimento histórico evocado na imagem da fuga dos animais na árvore, a fuga é a lembrança desse acontecimento em que é reverberado a importância da preservação ao meio ambiente, ainda mais numa época em que as questões ambientais são bastante valorizadas.

Percebemos então, a dinamicidade das paisagens, em que os sentidos são atribuídos nas/pelas marcas humanas e/ou naturais. Nosso monumento, Itaipu, provoca-nos à reflexão sobre as muitas histórias e memórias que compõem os patrimônios, isto é, nos incita a fazer uma escavação arqueológica em que cada camada traz uma narrativa de acordo com a perspectiva do narrador. O conceito de patrimônio, neste contexto, é ampliado ao trazer ao

cenário novos debates, incorporando novas categorias e permitindo a visibilidade de diversas culturas, através de elementos numa combinação da cultura material, imaterial e também paisagística.

Se no momento que se cogitou a construção da barragem, o discurso sobre o meio ambiente não era a pauta das agendas internacionais, a ata do Iguaçu de 1966, estabelece o início das negociações, promovendo a preocupação com as questões ambientais. Tais questões aparecem na Organização das Nações Unidas (ONU) somente em 1972, na conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano em Estocolmo, considerado um marco político e histórico que inicia o debate que ganha espaço nas comunidades internacionais.

O tratado data o ano de 1973, momento em que os assuntos acerca do meio ambiente ainda eram vistos com desconfiança. No Brasil, em sua fase inicial, a preocupação era com o desenvolvimento e a industrialização, no entanto, convém destacarmos que a valorização das questões ambientais dentro das ações da Itaipu foi uma exigência das agências financiadoras do capital estrangeiro, uma vez que a obra foi financiada com empréstimos externos.

Dentre os acontecimentos já relatados, ressaltamos também o movimento da população na véspera da inundação contra a destruição de *Sete Quedas*. Este movimento recebeu o nome de *Quarup* que remete ao ritual indígena *quarup* em memória às *Sete Quedas*, e na época, reuniu artistas e militantes. Em 13 de outubro de 1982, houve o fechamento das comportas do canal de desvio de Itaipu, em outras palavras, o sepultamento de *Sete Quedas*, considerada a maior cachoeira do mundo em volume de água.

Figura 5 – Visitação ao Parque Nacional de *Sete Quedas*



Fonte: Disponível em: <<http://sadaosandro.blogspot.com.br/2011/10/sete-quedas.html>>. Acesso em: 20/04/2017.

Nos dias de hoje, ao analisarmos os assuntos em voga, podemos perceber que as questões ambientais e culturais estão na pauta das agendas de todos os países, e, talvez, não tenha sido por acaso que em 2010 foi firmado um acordo entre Brasil, Paraguai e Itaipu Binacional, colocando a cultura no centro das relações entre os dois países. Uma reportagem sobre o evento mostra o acordo como uma forma de pagamento aos indígenas que abandonaram suas terras, em um trecho, “este acordo de 44 milhões de reais em 3 anos não é nada de mais do que uma pequena compensação paga sem cobrar os juros que esta obra causou na vida de mais de 10.000 famílias Guarani”.

No âmbito das políticas do patrimônio cultural surge o conceito de paisagem cultural. A portaria 127 do Instituto do Patrimônio Artístico Histórico Nacional (IPHAN) estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira. De acordo com o artigo primeiro: “paisagem cultural brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência imprimiram marcas ou atribuíram valores” (ALMEIDA, 2009). Nessa acepção, o conceito de paisagem cultural é o que há de inovador no debate do patrimônio, permitindo essa mescla de elementos com forte presença do homem e da natureza.

Se a paisagem cultural pode ser entendida como a ação do homem em determinado território, a barragem de Itaipu entrou na lista da sétima maravilha do mundo moderno pelo trabalho realizado pelo homem em um espaço considerado impossível de ser modificado pela

força de sua natureza. Nesse caso, o patrimônio natural sofreu alterações pela intervenção humana, o leito do rio é desviado e toda uma paisagem é modificada, assim, o Lago artificial de Itaipu torna-se uma paisagem reinventada.

Palavras finais

O movimento dos agricultores, bem como o material produzido durante sua trajetória, é extremamente rico na medida em que encontramos em sua materialidade homens e mulheres enquanto sujeitos históricos. Nesse entendimento, ao revisitarmos a memória das desapropriações, encontramos uma memória diferente daquela que se encontra preservada nos museus, uma memória que aparece na leitura das ruínas cujos sentidos são revelados aos poucos pelos próprios espaços.

A memória desse impacto é um patrimônio na perspectiva da memória das lutas populares, da memória dos lugares. O movimento dos agricultores desapropriados e o cotidiano de trabalho dentro da barragem encontram-se escritos no *Boletim Poeira*, material produzido pela Comissão da Pastoral da Terra – CPT, durante todo o período de embate com Itaipu. Estes documentos produzidos durante o conflito com a Itaipu são carregados de historicidade, pois neles consta a maneira como percebiam o mundo e as representações. Nas palavras de Ribeiro (2000), “uma poesia, uma reza, um desenho, um mito são exemplos de documentos que expressam todo um saber” (p. 265).

Sendo um dos projetos de maior impacto da transformação da natureza e da ecologia do Planeta, a usina de Itaipu representou um enorme abalo socioambiental que acarretou prejuízos humanos. São impactos que precisam ser analisados de modo que privilegie a memória social, oportunizando a visibilidade de sujeitos outrora invisíveis, ao dar ênfase em sua trajetória, em seu sofrimento que tem relação direta com o impacto da obra, como por exemplo, os índios, os agricultores, os barrageiros, as mulheres da zona etc. São memórias do lugar, são significações da perda dos espaços como em Guáira, em que o som da bela cachoeira submersa, continua presente na memória dos moradores como uma música ao longe, rememorada ao som dos pingos de chuva.

Infelizmente, estas questões que aqui tratamos, são percebidas e ouvidas com maior ênfase quando ocorre outro desastre de grande proporção ambiental como a tragédia de

Mariana (MG), por exemplo, ocorrida em novembro de 2015, em que houve o rompimento da barragem de fundão e a destruição do patrimônio histórico e cultural de Bento Rodriguez. Um acontecimento histórico que reverbera outras tragédias, e chama atenção para o descaso que ainda continua sendo uma problemática em nosso país.

No período da ditadura militar, em que não se tinha liberdade para denúncias e o debate do meio ambiente estava sendo gestado, o projeto Itaipu foi aprovado considerando os impactos ambientais e sociais como menos relevantes que os econômicos. Atualmente, prevalece ainda os interesses do capital, mesmo com todas as discussões ambientais que tivemos em todos esses anos, a tragédia de Mariana traz, novamente, para pauta questões relacionadas ao descaso com o patrimônio cultural e natural.

Seria portanto este desastre, assim como outros uma forma de patrimônio imaterial? É uma indagação premente. Existiria um dever de memória associado aos desastres e grandes transformações ambientais. Pensamos que sim. O dever de memória presente nos suportes de memória representa uma possibilidade de compreensão as tensões inerentes nos embates entre cultura e natureza. Logo, se a natureza é vista e inventada pelo olhar da cultura, não se pode esquecer que tudo o que existe na cultura invariavelmente tende a voltar para a natureza. Portanto, é nos movimentos da memória que se pode compreender o patrimônio imaterial como fonte de conhecimento e reconhecimento das comunidades inseridas nestes intrincados processos. Resta, portanto, o dever na área patrimonial em conhecer e registrar as memórias dissonantes normalmente silenciadas pela oficialidade.

Referências

ALMEIDA, Luiz. "Portaria n. 127, de 30 de abril de 2009". In: **IPHAN/PR**, 2009. Fonte: Disponível em: <<https://iphanparana.wordpress.com/iphanparana/legislacao/legislacao-do-patrimonio-material/portaria-no-127-de-30-de-abril-de-2009/>>. Acesso em: 20/04/2017.

BARBOSA, Mario. **Na Diplomacia, o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BENJAMIN, Walter. **Magia, técnica, arte e política** (obras escolhidas). São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOZO, Poliana; DEMCZUK, Paula. "Turismo em Foz do Iguaçu, PR: O Patrimônio Cultural Libanês". **Revista Rosa dos Ventos** – Turismo e Hospitalidade. v. 7, n. 3, jul./set., 2015. p. 411-422.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo, Annablume: Belo Horizonte, 2009.

DECCA, Edgar. "Ensaio sobre a memória anarquista: a história como ficção". **Revista História Oral**, v. 2, 1999. p.111-34.

MACDONALD, Fernandes; SANTOS, José. "A Árvore da vida, o mymba kuera e o dilúvio na tríplice fronteira". **Revista Ideação**. Foz do Iguaçu, v.16, n. 2, 2014. p. 203-225.

PORTAL BRASIL. **Senado aprova acordo entre Brasil e Paraguai sobre excedente de energia de Itaipu**. 2011. Fonte: Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2011/05/senado-aprova-acordo-entre-brasil-e-paraguai-sobre-excedente-de-energia-de-itaipu>>. Acesso em: 08/04/2017.

RIBEIRO, Maria de Fátima. "A reinvenção da paisagem e os espaços da memória". In: SOUZA, Álvaro (org.). **Paisagem, território, região: em busca da identidade**. Cascavel: Edunioeste, 2000. p. 259-272.

_____. **Memórias do Concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

SAMUEL, Raphael. "Teatros da Memória". **Projeto História** (Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP), São Paulo, n.14,1997. p. 44.

SÓRIA, Miguel. **Usina de Itaipu: integração energética entre Brasil e Paraguai uma síntese histórica de Itaipu Binacional**. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 2012.

Recebido em 10.10.2017.

Publicado em 09.01.2018.